

## MUSICOTERAPIA SOCIAL E COMUNITÁRIA: UMA ORGANIZAÇÃO CRÍTICA DE CONCEITOS

### SOCIAL AND COMMUNITY MUSIC THERAPY: A CRITICAL ORGANIZATION OF CONCEPTS

*Rosemyriam Cunha<sup>1</sup>*

---

**Resumo** - As intervenções musicoterapêuticas estão em constante processo de desenvolvimento e atualização. Musicoterapia social e comunitária foram denominações atribuídas a abordagens que se distinguiram de práticas convencionadas por modelos e métodos musicoterapêuticos tradicionais. Baseado em artigos publicados da Revista Brasileira de Musicoterapia e no livro Community Music Therapy, este trabalho apresenta um quadro com uma organização crítica das opiniões de musicoterapeutas a respeito de suas práticas. Suas visões enfatizaram a presença de desafios, tensões, dúvidas e sucessos no enfrentamento de condições específicas de trabalho nas quais cultura, sociedade e grupalidade foram elementos fundamentais de suas atuações.

**Palavras-Chave:** Musicoterapia social, musicoterapia comunitária, prática musical em grupo.

**Abstract** - Music therapy interventions are always under a process of development and actualization. Approaches that are different from those rooted on conventional music therapy methods or models have been named as social and community music therapy. Based on articles published in Revista Brasileira de Musicoterapia and in the Community Music Therapy book, this work presents a chart with a critical organization of the conceptions music therapists have about their practices. Their opinions emphasized the presence of challenges, tension, doubts and successes they faced when working with unique conditions in which culture, society and groups were essential issues for their activity.

**Keywords:** Social Music Therapy. Community, Music Therapy. Group music-making.

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Musicoterapia na UNESPAR Campus II Curitiba - Faculdade de Artes do Paraná. Doutora em Educação (UFPR, 2008) com Pós-doutorado em Educação Musical na McGill University, Canadá (2011). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0536970443232460> Email: [rose05@uol.com.br](mailto:rose05@uol.com.br)

## Introdução

Quando, no exercício da prática profissional, o campo de ação nos impele a criar processos de interação distintos dos até então indicados, a agir em ambientes físicos incomuns perante os vigentes; o ímpeto primeiro é a busca por fundamentos que deem alguma sustentação e direção para a qualidade do trabalho. Mesmo ciente de que a construção do conhecimento é dinâmica, ainda mais com o auxílio dos recursos tecnológicos da atualidade, as modificações impostas pelo desenvolvimento das sociedades é desafiador para as áreas de intervenção humana.

No campo da musicoterapia, ciência e prática que participa desta dinâmica de atualização, profissionais se depararam com a necessidade de alterar e expandir aspectos relacionais de suas práticas como o espaço físico, a forma de produzir música e as interações com os participantes. Pavlicevic e Ansdell (2004) usaram termos como angústias e tensões para exemplificar o que sentiram e pensaram quando se viram em situações inesperadas e que abalaram suas concepções sobre a abordagem musicoterapêutica. A esse movimento de construção teórico-prática que se ampliou para intervenções nos espaços onde as pessoas ou a comunidade se estabelece, se relaciona e vive, chamamos aqui de musicoterapia social e comunitária.

A inquietação indicada pelos autores acima citados parece ter habitado outros profissionais que também se defrontaram com necessidades práticas inéditas ou diferentes. Tal desassossego nos tem levado a compor textos com reflexões sobre esse movimento profissional. Neste trabalho foram articulados pensamentos de autores nacionais e estrangeiros que escreveram sobre a musicoterapia social e comunitária. O tema está abordado sob o entendimento de que uma construção teórica se fortalece quando gerada a partir da experiência, da interação com os participantes no espaço da criação musical.

Assim, foi organizado um painel crítico sobre os conceitos atribuídos à musicoterapia social e comunitária encontrados em artigos publicados na Revista Brasileira de Musicoterapia nos últimos dez anos e os conceitos encontrados no livro *Community Music Therapy* (PAVLICEVIC, ANSDELL, 2004). A articulação entre a musicoterapia social (MTSo) e a musicoterapia comunitária (MTCom) se deu pela razão de não se encontrar, na literatura estrangeira, o uso da denominação *musicoterapia social*. Em contraponto, nas produções nacionais os termos variam entre *musicoterapia social*, *musicoterapia comunitária*, e *musicoterapia social e comunitária*. Sem a pretensão de abranger toda a produção sobre o tema e muito menos de determinar terminologias, o objetivo aqui proposto foi o de entender os fundamentos utilizados pelos autores consultados e construir um paralelo que mostre pontos de aproximação entre as práticas propostas. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento do pensamento e das formas de agir que os profissionais adotaram ao se defrontarem com situações práticas inéditas pode ajudar na construção teórica de abordagens diferenciadas que resultam do desenvolvimento do campo de ação. Por essa razão, destacamos os fundamentos que nortearam as intervenções e as posturas dos profissionais aqui pesquisados.

### **Discussão Teórica**

A prática musicoterapêutica denominada por MTSo se harmoniza com o movimento de outras profissões que também se voltaram à coletividade (termo aqui sempre usado em contraponto à individualidade). São práticas de cuidado, acolhimento e atendimento que centralizaram suas ações no contexto das relações sociais e culturais nas quais a existência humana se realiza. Aqui não está desconsiderada a diversidade funcional, intelectual, cultural dos participantes, mas o que interessa nessa perspectiva, é a forma como as

peças estabelecem, experimentam e expressam a vida, apesar de, e com suas condições existenciais pessoais, sociais e culturais.

Nesta perspectiva, toma-se como referência fundante para o pensamento da prática da MTSO e MTCom, a realidade primeira (ORTEGA Y GASSET, 2003) que é a vida humana, o fato de que as pessoas se encontram em um mundo e nele operam atos, constroem relações que geram sentimentos, pensamentos, demandas, a partir de condições existenciais. Essas trocas ou experiências sociais são efetivadas na trama das interações, nos processos de existir nas variadas dimensões da vida. Assim, as atividades realizadas no cotidiano possuem uma complexidade (diferente de linearidade), que se revela na miríade de atividades do dia a dia como o trabalho, o lazer, o aprendizado, a fruição estética. Essa complexidade também incide sobre as estratégias de ação usadas na cotidianidade ou seja, na criação de pensamentos, atitudes, sentimentos que sedimentam o enfrentamento da realidade circundante.

Assim, é importante compreender as interações sociais como um dos aspectos centrais da vida humana. A vida cotidiana se caracteriza pela teia das relações humanas que existe onde quer que as pessoas vivam juntas. Essa teia relacional se dá pela mediação da ação e do discurso, ou seja, pela presença de componentes objetivos e simbólicos que propiciam o relacionamento interpessoal (ARENDR, 2007).

Também fazem parte da vida cotidiana o trabalho, a vida privada, os lazeres, o descanso. Heller (2008) definiu vida cotidiana como “a vida de todo homem...do homem inteiro” (p.31). Com isso ela quis dizer que as pessoas participam dos eventos cotidianos com todos os aspectos de sua individualidade, com seus sentidos, suas capacidades intelectuais, sentimentos e ideais. Outras marcas da cotidianidade, como considerou a autora, são a heterogeneidade dos significados atribuídos aos fatos e a importância dada às atividades nela exercidas. As pessoas nascem inseridas na vida cotidiana e

nela compartilham diversidades. A pluralidade, a diferença é condição humana pois, embora sejamos todos os mesmos, isto é, humanos, “não há quem seja igual a qualquer outra pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2007, p. 16).

A espontaneidade e a criatividade fazem parte do existir e são ingredientes próprios da arte, ação humana absorvida pela vida cotidiana. Se pensarmos o existir como esta trama de ações e relações que as pessoas realizam no dia a dia, não há como deixar de inserir a arte e, principalmente o uso da música como um recurso nele presente. Ruud (1998), na sua visão sociológica da prática musical, atribuiu a essa prática um caráter politizado quando esta acontece no âmbito da musicoterapia voltada á comunidade. O autor significou essa ação como a construção de arenas de interação entre aqueles que são ameaçados de isolamento em relação à comunidade. O conceito chave indicado por ele foi o de usar a musicoterapia como instrumento que encoraja a participação, a construção de redes de convivência, o fortalecimento dos participantes no sentido da inserção e ação na rede comunitária. Ruud continuou seu pensamento ao dizer que o “aspecto solidário da musicoterapia é a construção de respeito pelas idiossincrasias musicais, isso significa intensificar a dignidade pessoas com quem trabalhamos” (p.4).

Essa dinâmica de pensar, sentir, agir para expressar musicalmente o que acontece na vida se concretiza no decorrer da execução musical. A ação musical e seu produto são os mediadores das modificação ensejadas na participação grupal e comunitária. Aigen (2006) afirmou que a música é um veículo para ajudar as pessoas a fazerem alterações, transições na vida. Sua opinião foi compartilhada por Ruud quando este explicou que, para os musicoterapeutas, a música nunca foi vista como algo praticado como arte em essência, mas sim como algo a favor da realização pessoal e social dos participantes. Nesse sentido, a música permite a formação e a condição de pertencimento a grupos e os musicoterapeutas têm técnicas e teorias que lhes

permitem trabalhar em espaços de coletividade com aqueles que se sentem apartados da sociedade.

Turino (2008), ao estudar processos de prática musical coletiva escreveu que essa prática, por ser uma atividade humana e estar imbricada nas dinâmicas da vida, revela aspectos da situação histórica e socioeconômica, simbolizando pensamentos sobre os fatos do mundo. Por esta razão é que, no âmbito musicoterapêutico cujo cerne se estabelece na proposta da *performance participativa*<sup>2</sup>, o uso da música e de seus elementos possibilita a promoção e a reabilitação emocional e social das pessoas. Quando se trata da musicoterapia social e comunitária (MTSo e Com), a ação musical coletiva preconiza fortalecer e apoiar os participantes no desenvolvimento de estratégias de ação, resistência e sobrevivência frente os eventos da vida cotidiana.

A musicoterapeuta argentina Patrícia Pelizzari ministrou, no XV Seminário de Musicoterapia realizado no Rio de Janeiro em 2015, uma oficina que versou sobre a MTCom. Na ocasião, a profissional resumiu alguns dos fundamentos que, de acordo com sua experiência, caracterizam o campo de ação da MTCom. Entre eles foram citados: 1- eixos sociais como as questões de gênero, violência e tráfico, 2- determinada participação como uma comunidade, uma escola, um hospital, um grupo, 3- o musicoterapeuta, 4- a equipe interdisciplinar. Entre as marcas do trabalho, ela destacou a percepção de como este se estabelece, ou seja, *na* comunidade ou *com* a comunidade. As intervenções podem iniciar marcadas por uma inserção *na* comunidade e, no processo, se tornar *com* a comunidade. Nesse caso, o musicoterapeuta

---

<sup>2</sup> Performance participativa é uma prática musical especial na qual não existe distinção entre artista e audiência, ela é formada apenas por participantes e estes desenvolvem diferentes papéis no conjunto da ação. A atividade tem a característica de acatar a contribuição possível dos participantes para a constituição do som e do movimento. Esse tipo de evento musical destaca as interações sociais que acontecem no decorrer da prática que visa mais a participação, o envolvimento na ação do que o resultado final. (TURINO, 2008).

estimula os participantes na sensibilização para o trabalho e o reconhecimento de culturas e demandas próprias do grupo. No decorrer dos encontros, o diálogo entre as posturas do musicoterapeuta e a dos participantes tende a levar o trabalho a tornar-se *com, junto com a comunidade*. Ciente de que a comunidade reproduz a organização social nos aspectos macro e micro, a ação do musicoterapeuta se volta para as seguintes questões: - a favor de quem nos dirigimos? - qual padrão cultural seguimos? Suas respostas devem se direcionar ao encontro dos padrões culturais daquela comunidade e para a construção de subjetividades voltadas para o interesse da comunidade. A musicoterapeuta concluiu que essa dinâmica complexa de relações marcam o trabalho do musicoterapeuta inserido na comunidade e está baseada na *espontaneidade sonora* que permite a *investidura* individual e coletiva na criação musical, ou seja, a imersão do corpo, da voz, do movimento, do sentimento, do pensamento no ato de fazer música.

Os autores que dialogaram nesta discussão teórica convergem em ideias que marcam a MTC como uma prática direcionada à grupalidade. Nela, a cultura da comunidade, soma das vivências cotidianas, da vida possível de ser realizada, serve de tela para o desenvolvimento da atividade musical. A prática musical se caracteriza por aspectos políticos como a participação, a solidariedade, a resistência, a construção de estratégias para a resolução de problemas. O musicoterapeuta, mais um profissional da equipe interdisciplinar, se volta para a execução desses desafios e precisa, dessa forma, de posturas teórico e técnicas que encontram os ideais comunitários. A espontaneidade, a criatividade, a arte, se tornam as bases para as relações intragrupo e para impulsionar mudanças.

# MUSICOTERAPIA

## Estratégias Metodológicas

Este trabalho foi construído a partir de uma revisão de literatura comparativa (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998) O ponto de partida do trabalho com os textos foi reunir os pensamentos dos autores sobre suas práticas e depois extrair deles aspectos similares e também os contraditórios. Para isso foram consultados artigos publicados na Revista Brasileira de Musicoterapia nos últimos dez anos e os quatorze capítulos do livro *Community Music Therapy* (PAVLICEVIC; ANSDELL, 2004). Os critérios de inclusão foram restritos ao recorte de data citados, ao livro mencionado e ao fato de que o assunto tratado nos manuscritos fosse referente à MTSO e à MTCom. Resenhas e entrevistas foram excluídas. No livro, os 14 capítulos foram pesquisados, destes dois não foram citados por não apresentarem por parte dos autores, de forma explícita, definições e conceitos de interesse aos propósitos desta revisão.

Na Revista Brasileira de Musicoterapia, no recorte de tempo proposto, os artigos publicados somaram 91. Destes, sete tratavam do tema e fizeram parte do estudo. Após o fichamento bibliográfico, foi construído um painel com a reunião das opiniões dos autores. Esse painel crítico foi a base para a construção de uma compreensão interpretativa dos dados compilados. A reflexão se deteve às formas de entendimento dos profissionais musicoterapeutas a respeito de suas práticas quando estas se concretizaram em formatos, ambientes e relacionamentos diferentes daqueles modelos por eles entendidos como tradicionais. A partir dessa perspectiva de análise, a compreensão relatada pelos próprios autores sobre suas vivências, deram destaque aos sentidos e à singularidade do fenômeno estudado.

# MUSICOTERAPIA

## Apresentação dos Dados

Conforme proposto nas estratégias metodológicas, os dados encontrados na pesquisa realizada nos volumes da Revista Brasileira de Musicoterapia e nos capítulos do livro Musicoterapia Comunitária (*Community Music Therapy*), foram organizados em uma painel. O painel, disponibilizado a seguir na forma de quadro, mostra como os autores compreenderam e interpretaram as práticas, as interações, os participantes, a música, a própria musicoterapia, quando denominaram por Musicoterapia Comunitária o conjunto de relações travadas no modelo ampliado e distanciado do tradicional.

No painel<sup>3</sup> encontram-se reunidos por temas os conceitos retirados de sete artigos e de dose capítulos do livro citado. Os autores estão indicados à esquerda do quadro e o tema em destaque, na direita.

AUTORES	TEMA
<b>Ruud, Even (2004). Pavlicevic, Mercedes; Ansdell, Gary (2004)</b>	<b>Dados Históricos</b>
<p><b>Ruud:</b> Ao ser reinventada como profissão nos meados do séc. XX, a musicoterapia (MT) foi definida como um tratamento profissional baseado na relação entre o cliente/paciente e o terapeuta, tendo na música o meio para regular esta interação. Ela era presente em ambientes de cuidado à saúde e escolas especiais. As forças sociais ou contextos culturais existentes fora da sala de atendimento foram pouco considerados até quando os musicoterapeutas se deram conta de que saúde-doença e limitações advindas das deficiências mereciam um olhar e pensamento ampliado que englobasse essas circunstâncias na totalidade vivida pelas pessoas. Entendeu-se que há aspectos nas doenças que se agravam com a falta de sensibilidade, compreensão a aceitação da sociedade. A partir dessas conclusões, os musicoterapeutas passaram a usar a música como ponte entre pessoas e comunidades, para criar espaços de compartilhamento de valores artísticos e humanos pela via da criação musical.</p>	

<sup>3</sup> Os textos extraídos do livro aqui estudado para a formação do painel foram traduzidos pela autora.

<p><b>Ansdell e Pavlicevic:</b> O termo Musicoterapia Comunitária (MTCCom) foi utilizado pela primeira vez por Florence Tyson em 1973. Os escandinavos praticavam uma musicoterapia social e culturalmente orientada desde os 70, sob a tutela de Ruud. Stige, em 1993 chamou seu trabalho de MTCCom e defendeu sua tese de doutorado nesse tema em 2003. Embora o nome seja mais ou menos datado, a prática é mais antiga, muitos musicoterapeutas dizem ter trabalhado de maneira mais ampla, na defesa de aspectos sociais e culturais antes do surgimento do rótulo.</p>	
<p><b>Pavlicevic, Mercedes; Gary Ansdell (2004). Aigen, Kenneth (2004). Davidson, Jane (2004). Aasgaard, Trygve (2004). Oselame, Mariane, Ruth Barbosa Machado e Marly Chagas (2014)</b></p>	<p><b>Princípios Teóricos Fundamentais: Cultura, Prática Musical, Contexto da Prática, Ética</b></p>
<p><b>A Cultura</b></p> <p><b>Pavlicevic e Ansdell:</b> A MT tradicionalmente adotou o modelo da psicologia individual, privada, embora sempre aconteça em um contexto sociocultural e político. A MT que visa criar comunidades e espaço cultural é algo diferente, para pessoas diferentes e em lugares diferentes. Chamada por MTCCom, ela não é um modelo que cabe para todos, ela é sensível e voltada ao ambiente social e cultural no qual se desenvolve. Toda prática musicoterapêutica se estabelece em um lugar, uma sociedade e cultura. Mas aqui, a cultura é o elemento de trabalho via música.</p> <p><b>Oselame, Machado e Chagas:</b> Somos sujeitos de uma cultura, estamos sujeitados a ela por laços mais ou menos visíveis, todos estão condicionados a ela. Uma cultura é sua gente, sua comunidade, suas representações, seus projetos. As diferentes práticas terapêuticas estão se abrindo a novas abordagens que possibilitem diminuir a vulnerabilidade social frente às enfermidades físicas e psíquicas.</p> <p><b>A prática musical:</b></p> <p><b>Pavlicevic e Ansdell:</b> As relações que se travam na ação musical, a resolução de problemas e a construção de estratégias para interagir durante a experiência musical são os recursos do trabalho. A música é considerada uma ação humana, individual, coletiva, social. Uma força cultural, política e estética. A música, na prática da MTCCom, se torna a própria ecologia social e cultural. A prática musical se volta para a participação, o desenvolvimento e a mudança.</p> <p><b>Davidson:</b> Pesquisas mostram que o pensamento musical resulta de um processo que</p>	

depende de interações e aprendizados sociais, de convenções socioculturais. Em algum ponto da vida, aquela melodia ou intervalos que a pessoa cantarola, foi aprendida em um contato social. Com isso, relativiza-se a noção de que fazer música é algo natural para entendê-la como uma prática socialmente aprendida.

**Ansdell:** A música deve ser compreendida dentro de sua cultura e seus usos, como um evento social, uma experiência vivida. A música é feita pelas pessoas em processos de interação. Há uma conexão entre a capacidade humana de fazer música, as relações de companheirismo, amizade e o aprendizado cultural que explica o desenvolvimento da habilidade de expressão via música. A atividade musical é orientada pela ação, processo e contexto. São as relações que revelam o sentido da prática musical, o sentido da música que ali é praticada.

**Aigen:** A prática musical no contexto da MTCom pode forjar uma forma de arte que cria significados comuns e convida à participação. Ao compartilhar esse significados e a produção sonora, os participantes vivem a experiência de se sentirem parte de algo maior do que eles mesmos.

#### **O Contexto da prática:**

**Pavlicevic:** Aqui o contexto da vida, da existência é o espaço de ação, não há limites entre o fora e o dentro, não há “como fechar a porta para a vida do dia a dia” (p.43). Por isso as portas podem ficar abertas, os espaços de encontro são salões, praças, abrigos que comportam grandes grupos que se juntam para cantar e dançar. O contexto passa a ser primordial, tanto quanto a prática e a teoria, ele é que vai definir como a prática será desenvolvida. Por contexto se entende a realidade mental, física e social coletiva, de todos os participantes. O grupo direciona o fazer musical, o trabalho musicoterapêutico conforme seu estado mental, físico e social.

**Aasgaard:** Diferentes ambientes e participantes determinam os sentidos das atividades uma vez que a MT nunca acontece em um vácuo contextual.

#### **A Ética:**

**Pavlicevic e Ansdell:** Os valores e costumes são diferentes para cada contexto. É preciso conhecer o ambiente em que se desenvolve a prática e os aspectos simbólicos ali vigentes e trabalhar nos limites da flexibilidade e na amplitude de ação possível. Entender que: 1- existem diferentes maneiras de se abordar os fatos, a MT não preconiza uma postura única e estanque;

2- o que é bom para uns pode não ser para outros e vice versa; 3- sempre incluir, acolher e valorizar qualquer tipo ou capacidade de interação no fazer musical, no processo do grupo; 4- o profissional deve estar apto à abertura para alternativas de trabalho que nem sempre estão baseadas nas teorias e técnicas convencionais métodos e técnicas reconhecidas no campo; 5- aceitar o lugar do grupo, o resultado da ação e descobrir com o grupo o que fazer, como fazer música; 6- reconsiderar, reavaliar limites da prática de acordo com o contexto cultural e social onde ela se dá.

**Wood, Stuart; Verney, Rachel e Atkinson, Jessica (2004). Pavlicevic, Mercedes; Ansdell, Gary (2004). Stige, Brynjulf (2004). Aigen, Kenneth (2004). Amir, Dorit (2004). Pelizzari, Patricia (2010). Oselame, Mariane, Machado Ruth B., e Chagas, Marli (2014); Krob, Daniéli; Silva, Laura F. (2012). Andrade, Maeve, Cunha, Rosemyriam (2015). Batista, Carolina, Cunha, Rosemyraim (2009. Dreher, Sofia (2011).**

**Modelo Tradicional x Modelo Ampliado**

**Wood, Verney e Atkinson:** As técnicas e teorias embasam um trabalho que se dá em um ambiente neutro, a sala de musicoterapia fechada, que pretende preservar a díade sem que os fatos que acontecem no exterior os atrapalhem. O terapeuta e o paciente trabalham em sessões de horários e frequência combinados e são estabelecidos limites entre o dentro e o fora do espaço terapêutico como distintos. São convenções que se repetem e que dão espaço para a execução de outras como os relatórios, a interpretação e teorização dos fatos.

**Wood, Verney Atkinson:** Mudar do paradigma da prática confidencial confinada em ambientes especializados como clínicas, dirigido para um tipo específico de clientes. Esse modelo tem sentido e, para muitos casos, ainda é o indicado. Porém, não é um formato que abrange a totalidade da ação musicoterapêutica.

**MUSICOTERAPIA** X

**Pavlecevic e Ansdell:** Aqui o contexto da vida, da existência é o espaço de ação, não há

limites entre o fora e o dentro, não há “como fechar a porta para a vida do dia a dia” (p.43), por isso as portas podem ficar abertas, os espaços de encontro são salões, praças, abrigos que comportam grandes grupos que se juntam para cantar e dançar.

**Ansdell:** Tradicionais objetivos da MT se voltaram para dois discursos: música e terapia. Com a MTCom um terceiro suporte se faz necessário, o discurso sobre comunidade: como a música é um fenômeno social e cultural e como ela cria e sustenta a comunidade, ou seja a música e suas relações com a vida sociocultural.

**Wood, Verney e Atkinson** Na estrutura de inserção comunitária, os musicoterapeutas sabiam que os participantes, quando iniciavam seus processos de reabilitação após acidentes neurológicos, nunca viveram isolados, não eram ilhas, eles vinham acompanhados de familiares, amigos, esposas, crianças. A participação se amplia para os fatos da vida que acontecem fora do grupo, pois o grupo se fortalece na vivência musical e na troca verbal, afetiva, emocional.

**Stige:** Utilizar a música, a sonoridade para trabalhar com a comunidade para construir, promover bem estar social na comunidade. Esta é uma das formas mais antigas de ação da MT. Os rituais de cura dos indígenas sempre foram curas em um contexto, sempre envolveram outras pessoas mais que o terapeuta e o cliente, e sim grupos e comunidades. Mas no campo musicoterapêutico atualmente há um desenvolvimento dessa visão, um movimento cultural, um campo de prática mais sensível à cultura. Os profissionais estão atentos à mudanças sociais e culturais. A existência humana é coexistência, a música pode ser uma forma de coexistir. A MTCom se aproxima da terapia e do trabalho social que se volta para a criação de um ambiente saudável, suporte social, e redes de cuidado, ao invés de se debruçar sobre o desempenho de funções de cada participante.

**Aigen:** MTCom, um dos significados desse termo é o de identificar um novo nível de intervenção para os musicoterapeutas ... e demanda por um nova ética e valores referentes a aspectos como a natureza pública da prática que se distancia da confiabilidade. Se a grupalidade é fortalecida, entende-se que os membros do grupo também o serão.

**Amir:** Alargar conceitos, limitações de dentro-fora, cultura-contexto, individualizado-coletivo, comunal. Os participantes são encorajados, pelo musicoterapeuta, a fazer música para e com os outros, no grupo, na comunidade, com amigos, com familiares. Assim, ele ajuda os

participantes a encontrarem um lugar na coletividade. Isso sugere que o musicoterapeuta vai fazer música junto com o grupo, ele vai partilhar, participar na ação da comunidade ou grupo e também celebrar o sucesso.

**Pelizzari:** Los que trabajamos en y con la comunidad estamos buscando un equilibrio entre paradigmas, luchas de poder, prácticas instituidas y prácticas emergentes. Transitamos una línea de conflicto: el paradigma asistencialista y mercantilizado versus el paradigma colectivo y promocional. Una musicoterapia que se dedique a la promoción y prevención de la salud colectiva es una musicoterapia sociopolítica. La diferencia entre Musicoterapia clínica y comunitaria no esta dada por los recursos, objetos sonoros y técnicas, sino por un nuevo constructo paradigmático, un nuevo posicionamiento mental. La MTCOM propone una experiencia con las formas sensibles de los significados sociales, con las expresiones estéticas grupales y con los símbolos de una comunidad. La expresión de un grupo es también un sistema complejo que articula y reproduce lo biológico y lo psico – social, las condiciones de vida, el espacio de lo cotidiano y la historia en el presente.

**Oselame, Machado e Chagas:** Musicoterapia Clínica e Comunitária não está dada pelos recursos e técnicas utilizadas, senão por um novo constructo paradigmático, um novo posicionamento mental.

**Krob e Silva:** A MTCOM tem como um dos focos principais as interações sociais, conseqüentemente, envolvendo questões de identidade sonora e social, singularização, poder, violência, drogas e construções territoriais da região... questões que podem ser abordadas sob a ótica musicoterápica da prática ecológica. Segundo Bruscia (2000), essa prática inclui aplicações da música e da musicoterapia na promoção da saúde nos vários estratos socioculturais da comunidade, ocorrendo em grupos ou comunidades naturais já existentes e objetivando mudanças terapêuticas no sistema ecológico e nos indivíduos que dele participam. Uma das práticas auxiliares da área ecológica é o chamado Ativismo em Musicoterapia.

**Andrade e Cunha:** Quanto às mudanças, o perfil do musicoterapeuta social (Guazina *et al*, 2011) nos aponta que a prática musicoterapêutica tende a favorecer a construção de novas perspectivas de vida baseadas em autoestima, empoderamento, autonomia, solidariedade, criatividade, musicalidade, dignidade e cidadania por meio da ação musical.

**Batista e Cunha:** Os conceitos fundantes da Musicoterapia Comunitária, propõem o trabalho

em comunidades onde vivem pessoas que têm histórias em comum, que compartilham serviços e áreas geográficas, com o objetivo de promover relações saudáveis naquele meio. Ela ultrapassa o *setting* de tratamento. Aqui estão consideradas ideias de coletivo, do bem-estar da comunidade, dos conflitos e contradições existentes no meio concreto no qual as pessoas convivem e vivem suas práticas cotidianas.

**Dreher:** Existência de um sentimento em comum que move a todos no lugar, o sentimento de mudança, de transformar o local, aquele bairro, num local bom para se viver e conviver.

**Wood, Stuart; Verney, Rachel e Atkinson, Jessica (2004). Procter, Simon (2004). Batista, Carolina; Cunha, Rosemyraim (2009). Oselame, Mariane; Machado, Ruth B. e Chagas, Marli (2014). Krob, Daniéli; Silva, Laura F. (2012); Dreher, Sofia (2011).**

**Objetivos**

**Stuart, Atkinson e Verney:-** Promover mudanças que gerem a construção da agência, da concretização de iniciativas e de estratégias de enfrentamento da vida como esta se coloca na situação atual do participante.

**Procter:** - Alargar mais os limites da prática musicoterapêutica convencional .

**Batista e Cunha:** - Considerar as ideias de coletivo, do bem-estar da comunidade, dos conflitos e contradições existentes no meio concreto no qual as pessoas convivem e vivem suas práticas cotidianas.

**Dreher:** - Promover a transformação na postura dos sujeitos envolvidos, com vistas a melhorar sua autoestima. - Experimentar um processo de crítica e autocrítica, tornando-se formadores de opinião e (re) conhecendo sua liberdade de expressão. – Colaborar com a inserção dos usuários em espaços promotores de cidadania. - Desenvolver atividades e ações pedagógicas, educativas, informativas, culturais recreativas, na perspectiva da mobilização comunitária. -Colocar os moradores “em movimento”, possibilitando o reconhecimento das dificuldades e limites, bem como a busca de iniciativas de emancipação a partir da identificação, do desenvolvimento das potencialidades locais e também da valorização do território, que possui uma totalidade de famílias em vulnerabilidade social.

<p><b>Krob e Silva:</b> - Elaborar de um mapa acústico e o estabelecer pontos de influência relacional entre a paisagem sonora urbana coletiva e o aspecto comportamental da população. – Conhecer indicadores da forma com que se estabelecem as inter-relações sociais nos níveis musical e histórico.</p>	
<p><b>Wood, Stuart; Verney, Rachel e Atkinson, Jessica (2004). Powell, Harriet (2004). Procter, Simon (2004). Zharinova-Sanderson, Oksana (2004). Andrade, Maeve; Cunha, Rosemyriam (2015).</b></p>	<p><b>A ação do musicoterapeuta</b></p>
<p><b>Wood, Verney Atkinson:</b> O musicoterapeuta faz parte da ação, canta junto, faz parte do grupo, não nega seu papel de musicoterapeuta, mas agrega a ele o papel de cantar, ouvir, interpretar, ao mesmo tempo em que participar se faz imprescindível. O musicoterapeuta adere ao contexto social e cultural e dele faz parte. Dele não se espera que saiba o que fazer, mas que ele faça junto com o grupo e que juntos encontram o sentido da ação. O profissional deve olhar para as restrições e desgostos que ocorrem quando há a necessidade ou a pretensão de ampliar as oportunidades de fazer música e conviver de forma diferente do modelo tradicional.</p> <p><b>Powell:</b> Ele ouve e responde, fortalece, facilita e conecta. Auxilia a unir as pessoas na ação de fazer música, nas prática da música ao vivo, encoraja potencialidades a se desenvolverem, se manterem em ação, promove oportunidades de experiências novas que enriqueçam a vida dos grupos, da comunidade.</p> <p><b>Zharinova-Sanderson:</b> Os musicoterapeutas precisam provocar e desenvolver pensamentos novos sobre como a música e a musicoterapia em geral promovem relações saudáveis e bem-estar na comunidade.</p> <p><b>Andrade e Cunha:</b> Em 2011 foi composto o perfil do musicoterapeuta social (GUAZINA et al., 2011), documento que mostra o musicoterapeuta social com sua ação voltada para o atendimento dos usuários da rede socioassistencial, o que inclui os projetos sociais.</p>	

QUADRO 1: PAINEL DEMONSTRATIVO DAS CONSIDERAÇÕES DE AUTORES SOBRE A MUSICOTERAPIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

## Discussão dos Dados

No quadro acima encontram-se tópicos com informações relacionadas à MTCom e à MTSo como: dados históricos, princípios teóricos, modelos tradicional em contraste com o modelo ampliado, objetivos e ação do musicoterapeuta. A concentração das opiniões dos autores forneceu dados para reflexões que reafirmam conhecimentos e mostram convergências nas formas de pensar e agir de musicoterapeutas de diferentes países.

A prática que aqui está denominada por MTCom não se constitui algo novo no campo musicoterapêutico. Desde a década de 1970 percebe-se a preocupação com uma teorização que dê fundamentos, que explique essa prática. A busca se deu em função de tensões e contradições encontradas pelos profissionais que se deparam com as modificações que esta prática impõe ao campo quando comparada ao modelo tradicional que preconiza um ambiente fechado onde a díade terapêutica trabalha em confidencialidade.

Dentre as considerações tecidas, figuram como centrais, os aspectos que englobam as circunstâncias da vida cotidiana realizada pelas pessoas e que colocam em evidência outras dimensões do existir que não só sintomas de saúde/doença. Aí estão incluídas as forças e convenções sociais, os elementos valorizados na cultura e a realidade político-econômica.

O princípio fundante da prática da MTCom é a cultura, e por meio desta, a criação, manutenção e fortalecimento da grupalidade ou comunidade. São os elementos culturais que serão os mediadores das relações grupais. Entre estes, a música figura como uma convenção social, uma criação humana, logo, uma ação feita pelas pessoas com alguma finalidade. Por isso, ela pode ser colocada a serviço da comunidade para estabelecer processos relacionais. A interação, a dinâmica interpessoal gerada na criação sonora

torna-se a força de apoio para as apropriações, compreensões, permanências e modificações de eventos trabalhados coletivamente.

Por aí já se percebe que, embora não sejam as técnicas e os recursos os elementos determinantes da musicoterapia social e comunitária, a epistemologia que a suporta, o ambiente físico, o espaço musical e todas as relações simbólicas e interpessoais que acontecem nessa prática também a caracterizam. Assim, essa prática, que emerge da realidade sociocultural vivida pelo grupo, exige flexibilidade teórico-prática do musicoterapeuta. Uma vez que valores e convenções, interesses e necessidades se modificam de grupo a grupo, cabe ao profissional a maleabilidade de pensamento e ação frente às condições simbólicas e concretas encontradas no ambiente de interação.

A prática da MTCom tem por base o entendimento de que o modelo convencional de intervenção individualizada, confidencial e reservado não é suficiente para a interação com a comunidade. No contexto em que as ações se voltam para a grupalidade, para a comunidade, há demanda do compartilhamento de relações musicais em ambientes de convívio amplos e abertos. Nessa prática, as tensões intragrupo favorecem a resolução problemas, a criação de estratégias de enfrentamento, pois se considera que ali, a música que é produzida é de todos, é elemento comum aos participantes e o meio pelo qual as dinâmicas de resistência e fortalecimento se estabelecem. Dessa forma, a criação sonora tem sua força e valor na medida em que envolve e congrega as pessoas, acolhe a diversidade, estabelece redes relacionais, estimula a agência e autonomia e ressoa a resistência e a possibilidade de mudanças.

No que tange aos encontros e distanciamentos entre as posturas teóricas, os autores indicaram algumas similaridades na conceituação e formas de conceber suas práticas. Entre elas encontramos: 1- a MTSo/ MTCom é uma realidade no campo; 2- que se apresenta como um desafio, um ponto de tensão por deslocar o posicionamento teórico e prático

convencional, aprendido e praticado até então. Entre esses deslocamentos, os mais citados foram: 3- as práticas musicoterapêuticas realizadas em espaços não convencionais e nem sempre privados nos quais a relação participante, musicoterapeuta e produção sonora fica exposta, sem a privacidade usualmente preconizada; e 5-a fundamentação em conceitos e pressupostos epistemológicos que consideram a cultura, a sociedade, a economia e a política como centrais, sendo 6- a música uma ação humana que se insere ou resulta dessas dimensões.

Entre os tópicos que se distanciaram encontramos: 1- o ambiente físico de trabalho concentrado, conforme autores europeus, em clínicas de saúde mental, enquanto que os brasileiros e um argentino (PELIZZARI, 2010), citaram associações de bairros e centros comunitários; 2- a abordagem também se diferencia entre os autores dos dois continentes, pois alguns dos autores do livro fazem atendimentos individualizados para depois ampliarem a abrangência para familiares, colegas de trabalho, enquanto que no Brasil os processos relatados já iniciam com grandes grupos ou com a própria comunidade.

Outro fato que chamou a atenção foi a denominação da prática. Entre os artigos de autores brasileiros, dois deles citaram o termo musicoterapia social, outros cinco utilizaram o termo musicoterapia comunitária. No livro os autores fizeram referência ao seu trabalho como sendo musicoterapia comunitária e, em nenhuma oportunidade foi citado qualquer direcionamento prático ou teórico chamado por musicoterapia social. Quanto à musicoterapia social, houve o destaque, em dois textos brasileiros e um argentino, para a epistemologia e a forma de pensar do profissional como elementos determinantes dessa especificidade, mais do que o ambiente, as técnicas e procedimentos. Sobre a prática musical encontrou-se que no ambiente brasileiro a recriação é mais presente se comparada à improvisação, experiência predominante entre os casos relatados no livro.

## Reflexão Final

Um resumo expandido deste texto foi apresentado no VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia (CLAM), realizado na cidade de Florianópolis no ano de 2016<sup>4</sup>. Ao preparar o conteúdo que seria mostrado na mesa redonda, o peso teórico do artigo tornou-se demasiado. Essa sensação nos levou a entender que os trabalhos que tratam de princípios teóricos tendem a ser áridos e de difícil leitura. Mesmo que epistemologia e conceituações sejam uma necessidade nos campos de ação, os relatos da prática, por revelarem a trama vivida no aqui e agora da ação musicoterapêutica são mais leves e atraentes. Por essa razão, tanto no evento como na presente reflexão final, nos aproximamos um pouco mais de uma *epistemologia do sentimento*, para encerrar esse estudo sobre a MTCom e a MTSO. Essa licença poética (ou teórica), nos permitiu pensar nessa prática como uma ação baseada no encontro entre pessoas que se dispõem a exercer a solidariedade, a sobrevivência, a resistência, o enfrentamento, a permissão e o acolhimento.

Este direcionamento à implicação - do musicoterapeuta e dos participantes - engloba sentimento, pensamento e participação (HELLER, 1985) em uma via de ação que rompe com imaginários de concentração de saber, de poder. Por isso, o grupo/a comunidade, assume o sentido do ambiente que agrega, se torna um destino, um lugar para seus integrantes. O que importa é ser no grupo. Ser criança, ser velho, ser jovem, ser adulto, e juntos formar um espaço de trocas, de criação, de repertórios de sonoridades, de opiniões, de solicitações, de se dar ao direito de esperar pelo reencontro.

Pretende-se estabelecer, com a ação social e comunitária, arenas de prática onde os participantes podem vivenciar a interação, a integração. São

---

<sup>4</sup> O resumo está publicado nos Anais do VI CLAM, sem o quadro conceitual e as considerações tecidas a partir dele.

arenas relacionais nas quais a própria presença é a denúncia de uma sociedade que não vê, não escuta, não toca, não se implica.

Com isto, os deslocamentos do pensar, sentir e agir se realizam na abertura para o novo; na transgressão de noções tradicionais para iniciativas que possam atingir as necessidades do vivido, do sentido, muito embora as dúvidas e tensões se façam presentes no campo teórico e prático.

Estas posturas só se tornarão viáveis e factíveis se o agenciamento for um ideal em comum a todos os integrantes. Instaura-se assim, uma participação intercambiante, nela todos são partícipes de um conjunto de relações que criam e recriam interações sociais ao fazer, refazer e confirmar a cultura. Nesse cenário, a música, vinculação de sonoridades, ação sociocultural, convenção social, figura como mediadora das forças que levam musicoterapeuta e participantes a agir motivados a resistir e expandir possibilidades de vida.

## Referências

AIGEN, Kenneth. Conversations on creating community: performance as music therapy in New York City. In: PAVLICEVIC, M., e ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

ANDRADE, Maeve; CUNHA Rosemyriam. A dimensão de saúde na prática da musicoterapia social. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, ano XVII, n.18, p.64-84, 2015.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSGAARD, Trygve. A pipe among white coats and infusion pumps: community music therapy in a paediatric hospital setting. In: PAVLICEVIC, M., e ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

BATISTA, Carolina; CUNHA, Rosemyriam. A inserção da musicoterapia na rotina de uma comunidade albergada. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, n.9, p. 71-86, 2009.

DAVIDSON, Jane. What can the social psychology of music offer community music therapy? In: PAVLICEVIC, M., e ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

DORIT, Amir. Community music therapy and the challenge of multiculturalism. In: PAVLICEVIC, M., e ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

DREHER, Sofia C. A musicoterapia e sua inserção nas políticas públicas— análise de uma experiência. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, n.11, p.11-36, 2011.

GUAZINA, Laize *et al.* Perfil do musicoterapeuta social. **União da Associações de Musicoterapeutas Brasileiros**, 2011

HELLER, Agnes. **Teoria de los Sentimentos**. 3ª ed. Barcelona: Fontamava, 1985.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KROB, Daniéli B., SILVA, Faulra Franch S. “Comigo não violão!”: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, ano XIV, n.12, p. 27-38, 2013.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Ebook Libris disponível em: [www.ebooksbrasil.com/eLibris/ortega.htm](http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/ortega.htm), 2003. Acesso em: 09 jan. 2015.

PAVLECEVIC, Mercedes. Learning from Thembaletu: Towards responsive and responsible practice in community music therapy. In: PAVLICEVIC, M.; ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

OSELAME, Mariane; MACHADO, Ruth B., & CHAGAS, Marly. Um estudo sobre as prática da musicoterapia em direção à promoção da saúde. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, ano XVI, n.16, p. 102-12, 2014.

PAVLECEVIC, Mercedes; ANSDELL, Gary. Introduction: The ripple effect. In: PAVLICEVIC, M., e ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

PELLIZZARI, Patricia. Musicoterapia comunitaria, contextos e investigación. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, ano XII, n.10, 2010.

POWEL, Harriet. A dream wedding: from community music to music therapy with a community. In: PAVLICEVIC, M.; ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

PROCTER, Simon. Playing politics: Community music therapy and the therapeutic redistribution of musical capital for mental health. In: PAVLICEVIC, M.; ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio, SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, p.49-87, 1998.

RUUD Even. **Music Therapy: improvisation, communication, and culture**. Gilsum: Barcelona Publishers, 1998.

Ruud, Even. Foreword: Reclaiming Music. In: PAVLICEVIC, M. and ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

STIGE, Brynjulf. Community music therapy: culture, care and welfare. In: PAVLICEVIC, M. and ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

TURINO, Thomas. **Music as Social Life. The politics of participation**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

WOOD, Stuart; VERNEY, Rachel & ATKINSON, Jessica. From therapy to community: making music in neurological rehabilitation. In: PAVLICEVIC, M.; ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare**. England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

ZHARINOVA-SANDERSON, Oksana. Promoting integration and social culture change: community music therapy with traumatised refugees in Berlin. In:

PAVLICEVIC, M.; ANSDELL, G. (Ed.). **Community Music Therapy: Culture, care and welfare.** England: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

**Recebido em 26/11/2016**  
**Aprovado em 19/05/2017**



# MUSICOTERAPIA

Revista Brasileira de Musicoterapia - Ano XVIII n° 21 ANO 2016  
CUNHA, R. Musicoterapia social e comunitária: uma organização crítica de conceitos.  
(p. 93-116)